

## ATOS OFICIAIS

Em cumprimento ao princípio constitucional e a Lei Nº 101/2000, estão publicados abaixo Atos Oficiais Administrativos de Prefeituras, Câmaras Municipais e outros Órgãos Oficiais, que zelando pela transparência das contas públicas municipais, coloca à disposição da população documentos diversos para a devida prestação de contas.

A publicação impressa e eletrônica de anexos dos relatórios da Lei de responsabilidade Fiscal-LRF é uma exigência da Constituição Federal que estabelece que o Poder Executivo os publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, os órgãos de controle externo e a sociedade, conheçam, acompanhem e analisem o desempenho da administração municipal.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA**  
CNPJ: 63.079.248/0001-00

### DECRETO Nº 03, de 01 de Fevereiro de 2024

*“Dispõe sobre a designação de servidor público para atuar como Fiscal de Contratos conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Santa Rita de Cássia/Ba, nas condições que indica e da outras providências”.*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA - ESTADO DA BAHIA, ORIVALDO RIBEIRO BRANDÃO, no uso de suas atribuições legais, e:**

**Considerando** que a Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**Considerando** a previsão contida no artigo 117 (caput) da Lei Federal Nº 14.133/2021, no qual compete à autoridade máxima, indicar e promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei;

**Considerando** a designação de agente público para atuar como fiscal ou gestor de contratos de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, a autoridade do Legislativo observará seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

## ATOS OFICIAIS




**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA**  
CNPJ: 63.079.248/0001-00

### DECRETA:

**Artigo 1º** - Designar o Servidor **José Alexandre Ribeiro da Silva**, inscrito no CPF nº 873.540.715-87, para a função de Fiscal de Contratos, que tem como atribuição a fiscalização dos contratos celebrados no âmbito da Câmara Municipal de Santa Rita de Cássia/BA, e nos Processos de licitação, Dispensas e Inexigibilidades fundamentadas na Lei Federal 14.133/2021.

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Rita de Cássia/BA, em 01 de Fevereiro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
Orivaldo Ribeiro Brandão  
Presidente

ATOS OFICIAIS